

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Fiquem longe dele

Há alguns meses, um grande conhecedor da política em Brasília soube que Daniel Vorcari tentava contratar alguns "bambambás" da consultoria política para abrir portas em gabinetes aos quais ele ainda não tinha acesso. Pelo menos três consultores se negaram a atender o então banqueiro.

Se perder, será um vexame

Até aqui, nenhum presidente da República foi derrotado ao indicar um nome para o Supremo Tribunal Federal. No Congresso, o que se diz é que ainda não há margem segura para aprovação da indicação do Advogado Geral da União, Jorge Messias, ao STF. E, se deixar para o ano eleitoral, ficará pior.

Bola no chão

A presença do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) tira o projeto antifacção da polarização entre petistas e bolsonaristas. É a chance do centro menos radical se firmar como o construtor de consensos e da pacificação. Aliás, Vieira é considerado um dos mais independentes e respeitados do Senado e é visto como alguém que sabe ouvir.

Flávio versus André

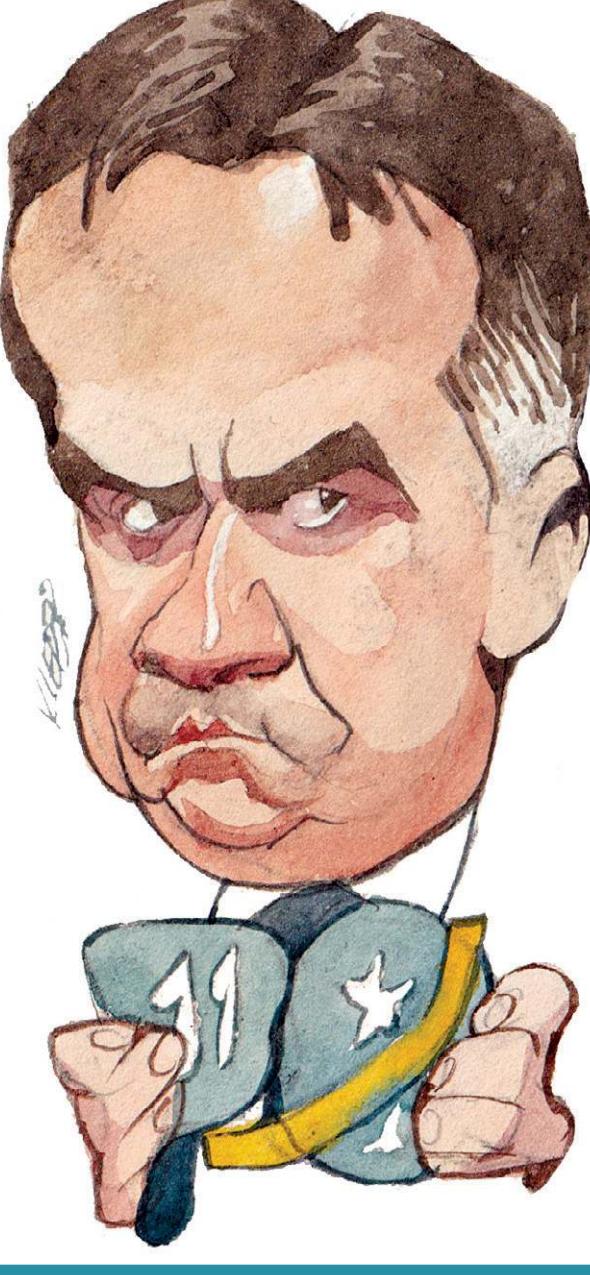
O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, não deixou passar a brancas nuvens as críticas do seu colega de STF André Mendonça a respeito do "ativismo judicial". Dino foi enfático ao dizer que falar desse tema "tem tanta consistência quanto espuma na praia" e completou que a expressão vem dos Estados Unidos e usada em contextos totalmente diferentes. Mencionou ainda que se comenta sobre esse tema muitas vezes para "obter aplausos fáceis". Sinal de que, no STF, a relação entre ministros de diferentes vertentes segue com alguma tensão.

Uma bancada para manter poder

Diante das incertezas em relação ao futuro próximo, o presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira, corre agora para enviar os documentos da federação com o União Brasil ao Tribunal Superior Eleitoral e avisa que, em 2026, a prioridade será a eleição de bancada na Câmara e no Senado. É assim que, seja mais alinhado ao governo ou mais afeto à oposição em 2027, o PP e o União pretendem manter força no cenário político e ter alguma grade de proteção, caso seus opositores tentem enroscá-los com Daniel Vorcari, o dono do Banco Master preso esta semana dentro da Operação Compliance Zero. Tem muita gente preocupada e desconfiada de que Nogueira e Rueda sejam levados a ter que dar explicações. Ser amigo não é crime, mas, em política, sempre é preciso estar preparado para solavancos.

» » » »

\$\$\$/ As apostas de aliados de Ciro e do presidente do União Brasil, Antonio Rueda, são as de que a federação União Progressista permitirá ainda que ambos economizem algum dinheiro do fundo eleitoral e partidário, uma vez que a federação funciona como um partido político e é preciso dividir entre eles o número de candidatos.



CURTIDAS

Política pura/ Nas conversas do MDB nacional, o que se diz é que nada muda em relação à candidatura de Ibaneis Rocha ao Senado e que a pressão dos oposicionistas faz parte da disputa política. No PL, porém, há quem diga que a deputada Bia Kicis (DF) cresce aos olhos da cúpula bolsonarista para essa vaga.



Washington Costa/MDC

Credenciais/ O novo presidente do BRB, Nelson Souza (foto), chega com várias cartas de apresentação e excelentes referências. No governo João Doria em São Paulo, o governador o nomeou presidente do Banco Desenvolve São Paulo. "Foi um brilhante presidente", comenta Doria à coluna.

Fizemos a nossa parte/ A presença de Lula em Belém nessa quarta-feira reforçará o discurso da reeleição no seguinte sentido: o governo brasileiro propõe financiamento das florestas e ajustes no mapa do caminho, para eliminação do uso de combustíveis fósseis. Se o mundo não quiser, aí, não é problema do presidente do Brasil.

Dia da Consciência Negra/ O debate que o Correio Braziliense promoveu nessa quarta-feira mostra como ainda estamos distantes de um resgate da população negra. Porém, caminhando. "Encontrar os locais de formatura 'coloridos' é um sinal de que as políticas públicas têm tido resultado", avaliou Janaína Soares, decana de extensão da UnB. Que este dia seja de comemorações pela parte do caminho percorrido e de reflexões sobre o que todos podemos fazer daqui para frente.

PODERES

Fachin defende criação de cargos

Em reunião com Davi Alcolumbre e Hugo Motta, presidente do STF também tratou do projeto da Lei Antifacção, aprovado na Câmara

» LUANA PATRIOLINO
» DANANDRA ROCHA

Um dia após o projeto de lei Antifacção ser aprovado na Câmara dos Deputados, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Edson Fachin, se reuniu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tratar de projetos de interesse do Judiciário em tramitação no Congresso Nacional. O magistrado apresentou também os avanços do Programa Pena Justa, iniciativa conjunta do Judiciário e do Executivo voltada para melhorar as condições do sistema prisional brasileiro.

O programa — criado após o STF reconhecer a grave crise no sistema carcerário — estabelece metas até 2027 para enfrentar a superlotação, melhorar a infraestrutura das unidades prisionais, assegurar serviços essenciais como saúde e educação e ampliar políticas de reintegração de pessoas

privadas de liberdade. Entre as ações em curso, estão o controle de entradas no sistema, a qualificação da gestão prisional e a promoção de oportunidades de retorno social.

"Pautas difíceis"

Também participou da conversa o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Eles discutiram propostas para o Orçamento do Judiciário, que inclui a reestruturação de remuneração dos servidores da Justiça, além de um projeto que permite a criação de 240 novos cargos e funções no quadro do CNJ. Por meio de nota, Alcolumbre ressaltou que a audiência tratou de matérias legislativas de interesse do Poder Judiciário que estão em tramitação nas casas legislativas.

O diálogo permanente e responsável entre os Poderes é essencial para avançarmos, com celeridade e equilíbrio, na análise das propostas que impactam o sistema de Justiça e a vida dos brasileiros e das brasileiras, reafirmando o compromisso do Senado e do Congresso Nacional

com o aperfeiçoamento das leis, a defesa dos direitos fundamentais e a construção de soluções que garantam justiça, proteção e cidadania para todo o Brasil", diz o comunicado.



Pedro Gontijo/Senado Federal
Hugo Motta, Edson Fachin e Alcolumbre, em encontro na Residência Oficial do Senado: Orçamento e pena justa

Eduardo Bolsonaro cai na dívida ativa

» WAL LIMA

Fora do país desde fevereiro, quando passou a morar nos Estados Unidos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) teve seu nome inscrito na Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência das faltas não justificadas em março deste ano, que resultaram em um débito de R\$ 13.941,40.

A ação foi realizada após um pedido da Câmara dos Deputados devido às ausências do parlamentar no período antes de uma licença

solicitada por ele em 20 de março que se estendeu até julho. Atualmente o pagamento de salário de Eduardo Bolsonaro está bloqueado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o que impede a geração de novas pendências financeiras.

Na mira do STF

A inclusão do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na Dívida Ativa da União pode deixar o nome do parlamentar "sujo" junto aos órgãos de proteção de crédito. Ele também pode sofrer um protesto extrajudicial da dívida.

Nesta semana, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) também aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o parlamentar para torná-lo réu pelo crime de coação.

Segundo a denúncia apresentada pela PGR ao Supremo, Eduardo Bolsonaro e o blogueiro bolsonarista Paulo Figueiredo, neto do ex-presidente na época da Ditadura Militar João Baptista Figueiredo, atuaram para atrapalhar o andamento do processo da tentativa de golpe de Estado que levou à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão.

No entendimento do procurador-geral da República, Paulo Gonçalves, a estratégia envolvia a criação de um clima de insegurança e ameaça, com a projeção de reparações estrangeiras contra autoridades brasileiras e o isolamento diplomático do país.

"Apresentaram-se como patrocinadores dessas sanções, como seus articuladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a interrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não houvesse condenação criminal de Jair Bolsonaro", afirmou Paulo Gonçalves, na denúncia.



Paola De Orte/Agência Brasil
Dívida de Eduardo Bolsonaro foi gerada após mudança dele para os EUA